



ST12. HISTÓRIA LOCAL E MEMÓRIAS PESQUISANDO EM ESCALA E ENSINANDO CONEXÕES

802

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: INCENTIVO PARA O (RE) CONHECIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo¹

Resumo: Educação Patrimonial na Escola: incentivo para o (re) conhecimento individual e coletivo Crianças, jovens, adultos e idosos reconhecem a si mesmo, baseados na alteridade formulada a partir do reconhecimento do outro. As identidades pós-modernas são baseadas nas diversidades inerentes nesses sujeitos. A Escola por sua vez, tem um papel importante, enquanto espaço de memória e de reconhecimentos em torno desses múltiplos sujeitos. Neste sentido, apresentamos esta comunicação com o objetivo de propiciar ao leitor a apresentação dos múltiplos espaços de memória que podem ser trabalhados como intercâmbio da sala de aula, como igrejas, templos, terreiros, feiras, mercados, praças, entre outros, baseado no Programa Mais Educação e no macro campo Cultura, Artes e Educação Patrimonial.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Escola. Lugares de memória.

Crianças, jovens, adultos e idosos reconhecem a si mesmo, baseados na alteridade formulada a partir do reconhecimento do outro. As identidades pós-modernas são baseadas nas diversidades inerentes nesses sujeitos. A Escola por sua vez, tem um papel importante, enquanto espaço de memória e de reconhecimentos em torno desses múltiplos sujeitos. Neste sentido, apresentamos o presente texto com o objetivo de propiciar ao leitor a apresentação dos múltiplos espaços de memória que podem ser trabalhados como intercâmbio da sala de aula, como igrejas, templos, terreiros, feiras, mercados, praças, entre outros, baseado no Programa Mais Educação e no macro campo Cultura, Artes e Educação Patrimonial.

Sobre o tema Educação Patrimonial o Programa Mais Educação ressalta importância do assunto ao promover ações educativas para a identificação de referências culturais e fortalecimento dos vínculos das comunidades com seu patrimônio

¹ Doutora em História Social UFBA e História contemporânea UMINHO. Docente na UniFavip Devry, e Diretora Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria Municipal de Cultura (PMCG-SECULT).

cultural e natural, com a perspectiva de ampliar o entendimento sobre a diversidade cultural. O manual operacional de Educação Integral, ressalta como o

Incentivo à produção artística e cultural, individual e coletiva dos estudantes como possibilidade de reconhecimento e recriação estética de si e do mundo, bem como da valorização às questões do patrimônio material e imaterial, produzido historicamente pela humanidade, no sentido de garantir processos de pertencimento do local e da sua história.²

Nesse sentido, a Educação Patrimonial na escola deve ser entendida como um processo de aprendizagem capaz de provocar nos alunos o interesse de conhecer as manifestações culturais da vida pessoal e da comunidade. É necessário identificar reconhecer e divulgar esses valores culturais para formar cidadãos comprometidos com a preservação do Patrimônio imaterial e material da cidade onde vive.

Mas como pensar essa Educação patrimonial, para além do espaço tácito e disciplinar da Escola? A comunidade ajuda a pensar para além dos muros escolares? Faz-se necessário portanto, a discussão inicial quanto a problemática conceitual em torno do tema: cultura e patrimônio cultural. O que de fato se constitui os elementos que compõem um e o outro. E qual a relação que esse último – patrimônio cultural- tem com os lugares de memória, que acabam por gerar o reconhecimento das identidades dos sujeitos.

Nessa dualidade não há de se considerar cultura como patrimônio cultural, ou seja, nem toda cultura produz, ou é resultado do patrimônio cultural. Do contrário, o patrimônio cultural é sempre gerador de uma cultura específica, sobretudo no que concerne a valorização do patrimônio e de suas referências. Como “Bem” cultural, o patrimônio cultural se constitui, em um conjunto de bens culturais que estão presentes não apenas no momento vigente, mas também as memórias daqueles que se constituem como parentes, compadres, amigos, conhecidos, pertencentes a uma mesma geração. São valores transmitidos de uma geração para outra. As pessoas se reconhecem como pertencentes a uma mesmo “tribo” a partir desses valores culturais, que são responsáveis pelas histórias de vida que se cruzam, e intercruzam, ligando esses sujeitos. Assim,

O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, o patrimônio cultural liga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício ou lugar que todos acham importante, uma festa que todos participam, ou qualquer outra coisa em torno da qual muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam³.

² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MANUAL OPERACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL. Brasília/DF Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2012, p. 17.

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Educação Patrimonial : Manual de aplicação : Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013, p. 5.

Partindo dessa realidade pensemos agora a respeito de como fazer isso? De que maneira poderemos considerar e valorizar esses bens culturais. Onde encontrá-los? Proposta deste texto.

Se cultura e bem cultural, são elementos distintos. Pressupõe-se que na escola se produz cultura, onde encontrar, portanto os bens culturais? Partimos então para procurá-los para além do espaço educacional, as referências culturais e identitárias de um povo, são reflexos de suas histórias de vida, de seu cotidiano. Sendo assim, espaços escolares são indispensáveis na construção desses referenciais, mas é na comunidade e nos múltiplos lugares de memória que esses referenciais ganham fôlego.

Toda pesquisa de inventário cultural realizada na escola, estabelece conexões no espaço entre muros, escola e comunidade. Uma vez que se faz necessário os alunos identificarem, reconhecerem para posteriormente haver a prática de preservação.

Outro aspecto positivo é que quando existe essa possibilidade de diálogo, e de reconhecimento às diferenças são respeitadas, a pluralidade passa a ser percebida com naturalidade, e não como diferença. Diferentes grupos e gerações se reconhecem passando a conhecer, e compreender uns aos outros. Em uma sala de aula, por exemplo, na qual a maior parte das crianças tem como prática religiosa o catolicismo, e quatro crianças estão fora dessa prática, uma cultuando o candomblé, outra o protestantismo, a terceira o espiritismo, e a última o judaísmo. Antes da prática do inventário, certamente essas crianças sofreriam assédio, repulsa, pois se constituíam como “alienígenas em sala de aula⁴”, nem eles nem tão pouco suas famílias se sentiriam a vontade no espaço escolar supostamente “homogêneo”. Com a pesquisa de inventário realizada essas diferenças passarão a ser respeitadas, pois os bens culturais são inerentes ao coletivo de sujeitos que os fomenta.

Neste sentido é facilmente percebido que a comunidade e os lugares de memória múltiplos, tendem a dialogar com o ambiente escolar na tentativa de não obscurecer a diferença, mas sim valorizá-la. Voltando para o exemplo das crianças com religiosidades diferentes, a Igreja, o Templo, o Terreiro, o Centro espírita e a Sinagoga, são espaços de memória que devem ser reconhecidos com a mesma importância e legitimidade. Pois, são nesses lugares que as crianças reconhecem suas práticas religiosas. Diante imagens ilustrativas desses lugares

⁴ Termo apropriado da obra de SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Figura 1. Mosaico com imagens dos espaços sagrados de memória: Catolicismo, Protestantismo, Candomblé, e Judaísmo



Imagem 1 - Disponível em: [Link](#), Imagem 2 - Disponível em: [Link](#), Imagem 3 - Disponível em: [Link](#), Imagem 4 - Disponível em: [Link](#), Acessados em 20 de Julho de 2014

Geralmente, a religiosidade de uma família, é resultante de gerações anteriores, e por isso também a importância de se constituir como bem cultural a ser valorizado e respeitado. As crianças que seguem determinadas crenças e rituais religiosos levam consigo essas práticas para o ambiente escolar. Reconhecer, portanto o bem cultural do outro é não apenas possibilitar o conhecimento de “algo” novo, para quem está aprendendo, mas, sobretudo permitir que a criança se sinta a vontade, para socializar com seus pares as sua práticas, sem receio de ser ignorado, desrespeitado pela opção religiosa diferente do “convencional”. Portanto, esse ambiente do sagrado também são espaços de memória que merecem dialogar com o ambiente escolar.

Também como lugares de memória vê-se as visitas a ambientes edificados, de pedra e cal, como museus, memoriais, monumentos, e espaços livres que mantêm as “estruturas” imateriais, como praças, festas, feiras. Todos esses espaços sejam materiais ou imateriais tendem a reunir memórias dos que morreram, e estão imortalizados, como também os que estão vivos, produzindo e reproduzindo saberes, fazeres, favorecendo o reconhecimento e a importância histórica dos mesmos.

Nesse universo de lugares de memória supracitados, tomemos como exemplo os museus enquanto espaço edificado e as feiras como lugares livres.

Os museus⁵, sempre fora considerado como lugar de coisas antigas, “velharias”, após a concepção ampliada de patrimônio cultural nos fins do século XX, na primeira

⁵ Ver também NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Houry. In: Projeto História, São Paulo, dezembro, 1993.

década do século XXI, os museus não são vistos apenas como espaços para lembrar e contar histórias, mas são espaços guardiães de memórias, que tem nos objetos, histórias do cotidiano, vivido em uma determinada época, e que são revividos por aqueles que o visitam e rememoram suas lembranças traduzidas naquele objeto. Essas memórias são rememoradas a partir desses lugares, como os museus que aparentemente cediam restos, resíduos, rastros de histórias. Nomeados de “guardiães” diante do objetivo de evitar o desaparecimento.

Segundo Nora (1993), se a memória estivesse em permanente processo de rememoração, não haveria necessidade de lugares. No entanto, se a história sente a necessidade de criá-los é justamente porque ela corre o risco de se extinguir, ou seja, há o sentimento entre as minorias de que se não houver comemorações, a história os varreria.

Neste sentido, os museus são espaços edificados públicos ou privados que estão a serviço da sociedade. São lugares não apenas de preservação da memória, mas também do exercício da cidadania, uma vez que promovem o diálogo entre a história da humanidade, em múltiplos territórios.

Ilustração do espaço de memória de Campina Grande-PB, edificação erguida no século XIX, localizado no centro da cidade, com memórias traduzidas nos objetos, e também no edifício, uma vez que esse prédio já deu lugar a Estação telegráfica e a Câmara Municipal.

Figura 2. Museu Histórico e geográfico de Campina Grande



Disponível em: [Link](#), Acessado em 15 de Julho de 2014.

Assim como os museus, as feiras apesar de serem espaços livres, se constituem também como lugares de memória pelo fato de cedilharem aspectos do cotidiano, resultantes de práticas vividas por gerações passadas, e que se perpetuam nas gerações presentes.

Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande, ultrapassando o seu papel comercial e transformando-se, em muitas sociedades,

num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades se congregavam e estabeleciam laços de sociabilidade.

Na contemporaneidade, apesar de o capitalismo periférico se instalar a uma velocidade acentuada, com os supermercados luxuosos e higienizados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mantendo a ideia de local de perambulações à procura de compras, vendas, trocas, prazer, entretenimento, diálogo, amizades, furtos, vícios, enfim, polissêmicas sociabilidades.

As feiras continuam a ser lugares de múltiplas territorialidades, sejam económicas, políticas ou culturais, tecidas em mudanças que se misturam, se dissolvem e se transformam no dia-a-dia. A feira se constitui, em suma, num espaço de mobilidades comerciais e sociais que se concretizam através das diversas transformações ocorridas não só na localização geográfica e produtos comercializados, mas também nas formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais e dizeres, fomentados pelos atores sociais que frequentam e transitam pelos seus labirintos. Estas dinâmicas tecem-se numa rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos e reconstruídos.

Ilustração da Feira de Campina Grande, em um dia de sábado, no entorno do Mercado Velho, anos 20, do século XX.

Figura 3. Feira livre de Campina Grande Rua Maciel Pinheiro Anos 20



Disponível em: [Link](#), Acessado em 15 de Julho de 2014

No caso específico da Feira de Campina Grande constitui-se como Espaço de memória e Bem Cultural, com múltiplos valores culturais, a começar pela origem da própria cidade. Sabe-se que semelhante ao que aconteceu em muitas cidades do Nordeste do Brasil, as feiras deram origem aos Povoados e posteriormente as Vilas e

Cidades. Como local não apenas de acolhida aos viajantes, mas também lugar de comércio que abasteciam as cidades e região circunvizinha. As feiras são responsáveis portanto, não apenas pela origem, mas sobretudo, pelo desenvolvimento delas. A relevância ocorre não só pela formação da cidade, como também pela continuidade da Feira, resistindo a todos os impactos da modernidade e, por conseguinte, do momento atual resultante do fenômeno da globalização, “driblando” a concorrência, com estratégias de sobrevivência.

Em segundo lugar a importância se dar pela feira sediar gerações e gerações de trabalhadores, filhos, netos, bisnetos, tataranetos de também feirantes. A sua ambiência promove relações de sociabilidade, com encontros e desencontros, relações de compadrio, reciprocidade, fidelização, são alguns destes inúmeros valores. Além disso nas feiras, e o caso de Campina Grande, não é diferente que se encontra as referências identitárias que compõem boa parte da cultura de quem nela se “abastece”. Sobre a Feira de Campina Grande, já dizia o saudoso Manoel Monteiro, poeta popular pernambucano, e “cidadão campinense”, falecido recentemente, em seu cordel Campina dos meus amores, 2000: “ Na nossa feira central tem de tudo que se queira, se você quiser comprar coisa importante, ou besteira, não procure em outro canto, se não encontrar na feira (...)”.

A Feira de Campina Grande possui bens culturais que compreende pelo menos quatro dos cinco livros para registrar. 1- Com ofícios e modos de fazer, que apresenta desde a confecção de brinquedos de lata, ao artesanato de madeira, e flandres, a gastronomia não só com remédios naturais, os lambedores e as ervas, mas também o modo de fazer a buchada de bode, e os doces quebra queixo, engorda marido, entre outros, sem contar com a debulha do feijão verde. 2- Nas expressões culturais, o famoso cordel, como “jornal da feira”, e o repente das cantorias de violas, além dos emboladores de coco; 3- As edificações com valores não apenas históricos e arquitetônicos mas também sociais e culturais e 4- Na categoria de lugar como espaço de sociabilidade, onde se estabelece não apenas relações trabalhistas, comerciais, mas também de compadrio, de amizade, de hereditariedade, de diversão, com os jogos de azar, bares e prostíbulos. Contudo vê-se que o saber fazer, transformar, dar novas formas, dentro de um contexto espacial e temporal, faz da feira livre e central de Campina Grande “bem cultural”, inserido no espaço destinado a “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Concluimos contudo que se faz necessário a visita a esses espaços de memória sejam edificados, ou não, com o propósito de valorizar as diferenças, contribuindo com o respeito ampliando a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** – Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013, p. 5.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **MANUAL OPERACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**. Brasília/DF Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2012.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, São Paulo, dezembro, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Alienígenas na sala de aula**: Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.